

REQUERIMENTO Nº , DE 2026
(Da Sra. ROGÉRIA SANTOS)

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão da Saúde para discutir as dificuldades em acessar os serviços de referência nos estados para diagnósticos e assistência no transtorno do espectro autista (TEA)

Requeiro, com fundamento no art. 24, inciso III e art. 255 do Regimento Interno, a Vossa Excelência, ouvido o plenário, a realização de Audiência Pública para debater as dificuldades em acessar os serviços de referência nos estados para diagnósticos e assistência no transtorno do espectro autista (TEA), com os seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Saúde;
2. Representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;
3. Conselho Nacional de Saúde;
4. Representante da Associação de Amigos do Autista (AMA);
5. Representante do Instituto Autismo e Realidade.

JUSTIFICAÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição que afeta milhares de brasileiros e requer um diagnóstico precoce, além de acompanhamento contínuo por equipes multidisciplinares para garantir melhor qualidade de vida às pessoas com TEA e suas famílias. No entanto, a realidade enfrentada por grande parte da população revela um cenário de dificuldades para acessar os serviços públicos e especializados, devido a fatores como:



1. Escassez de centros de referência em diversas regiões do país, dificultando o acesso de muitas famílias, especialmente aquelas residentes no interior e em comunidades mais vulneráveis;

2. Longas filas de espera para consultas, o que compromete o desenvolvimento das crianças e o suporte adequado aos adultos autistas.

3. Falta de profissionais capacitados e infraestrutura insuficiente para atender à crescente demanda por serviços especializados;

4. Desigualdade no acesso entre os estados, evidenciando a necessidade de uma distribuição mais equitativa de recursos políticas públicas voltadas ao atendimento integral das pessoas com TEA.

Diante desse cenário, faz-se necessária a realização de uma Audiência Pública para reunir especialistas, representantes do governo, entidades da sociedade civil, profissionais da área e familiares, a fim de debater soluções efetivas para ampliar e qualificar a rede de atendimento a pessoas com TEA.

O objetivo da proposta é subsidiar ações legislativas e políticas públicas que garantom o direito ao diagnóstico precoce, ao tratamento adequado e ao suporte necessário para inclusão social e o desenvolvimento das pessoas.

A presente audiência pública visa discutir, com especialistas e entidades relevantes, alternativas de políticas públicas para combate à violência doméstica, além de abordar o uso e a divulgação de técnicas de defesa pessoal como uma medida de proteção e fortalecimento das vítimas, garantindo-lhes segurança e autonomia.

Pelo exposto, solicito a aprovação deste requerimento, considerando a relevância e a urgência do tema para milhares de famílias brasileiras.

Sala das Comissões, de de 2026.

ROGÉRIA SANTOS
Deputada Federal

